

DOCUMENTOS E ESTUDOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Documentos e Estudos para análise da anterioridade às Leis de Proteção aos Mananciais

Deverá ser apresentado documento que comprove a anterioridade às Leis de Proteção dos Mananciais para as seguintes situações:

a) Na Bacia do Reservatório Guarapiranga

Para imóveis localizados nas Áreas de Proteção e Recuperação do Reservatório Guarapiranga – APRM-G – Lei Específica 12.233/06, caso a edificação ou parcelamento tenham sido implantados até 16/01/2006 e não atenda os índices urbanísticos previstos para a Subárea em que se encontre o imóvel;

b) Na Bacia do Reservatório Billings

Para imóveis localizados nas Áreas de Proteção e Recuperação do Reservatório Billings – APRM-B – Lei Específica 13.579/09, caso a edificação ou parcelamento tenham sido implantados até 13/07/2009 e não atenda os índices urbanísticos previstos para o Compartimento Ambiental e a Subárea em que se encontre o imóvel;

c) Demais bacias

Comprovação de anterioridade à lei estadual nº 1172 de 17/11/1976, para edificações e parcelamentos implantados anteriormente à publicação da Lei de Mananciais, com a finalidade de regularização sem compensação.

Comprovação de anterioridade à lei estadual nº 11.216 de 22/07/2002, para edificações e parcelamentos implantados anteriormente à publicação da Lei, com a finalidade de regularização por compensação, com Vinculação de Área Não Contígua à Matrícula Original.

Documentos que comprovam a anterioridade às Leis de Proteção aos Mananciais

1. Para imóveis localizados nas bacias hidrográficas protegidas pela legislação de proteção aos mananciais (exceto Guarapiranga e Billings), cujas edificações ou parcelamentos de solo foram implantados anteriormente à publicação da Lei Estadual 1172/76 (17/11/1976), com a finalidade de regularização sem compensação (apresentar um ou mais dos documentos relacionados a seguir):

DOCUMENTOS E ESTUDOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- Planta aprovada pela Prefeitura Municipal ou outro órgão público, com data de aprovação até 17/11/1976;
 - Habite-se ou Alvará de Aprovação ou Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, com data de até 17/11/1976, contendo as especificações técnicas da aprovação;
 - Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), emitido até o ano base de 1976;
 - Certidão expedida pela Prefeitura Municipal, atestando que a edificação ou o parcelamento do solo foram aprovados em data anterior a 17/11/1976, contendo as especificações técnicas da aprovação;
 - Aerofotogrametria ou imagem de satélite com data de até 17/11/1976, que comprove a implantação da edificação ou do parcelamento de solo.
2. Para imóveis localizados nas bacias hidrográficas protegidas pela legislação de proteção aos mananciais (exceto Guarapiranga e Billings), cujas edificações ou parcelamentos de solo foram implantados anteriormente à publicação da Lei Estadual 11.216/02 (23/07/2002), com a finalidade de regularização por compensação com vinculação de área não contígua à matrícula original do imóvel da edificação ou do parcelamento de solo, apresentar um dos documentos relacionados a seguir:
- Habite-se ou Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, acompanhado de planta, com data de até 23/07/2002, contendo as especificações técnicas da aprovação;
 - Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), acompanhado de planta, emitido até o ano base de 2002;
 - Certidão expedida pela Prefeitura Municipal (proveniente do Cadastro Técnico Municipal), acompanhada de planta, contendo quadro de áreas, e atestando que a edificação ou o parcelamento do solo foram implantados em data anterior a 23/07/2002.
 - Aerofotogrametria ou imagem de satélite com data de até 23/07/2002, acompanhada de planta, que comprove a implantação da edificação ou do parcelamento de solo;
3. Para os imóveis localizados nos limites da Área de Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Reservatório Guarapiranga - APRM-G, nos casos de obras, atividades e empreendimentos implantados até 16/01/2006 e que não atendam aos índices urbanísticos previstos para a Subárea em que se encontre o imóvel:
- Habite-se ou Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, acompanhado de planta, com data de até 16/01/2006, contendo as especificações técnicas da aprovação;
 - Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), acompanhado de planta, emitido até o ano base de 2006;
 - Certidão expedida pela Prefeitura Municipal (proveniente do Cadastro Técnico Municipal), acompanhada de planta, contendo quadro de áreas, e atestando que a edificação ou o parcelamento do solo foram implantados em data anterior a 16/01/2006.
 - Aerofotogrametria ou imagem de satélite com data de até 16/01/2006

DOCUMENTOS E ESTUDOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

acompanhada de plante, que comprove a implantação da edificação ou do parcelamento de solo;

4. Para os imóveis localizados nos limites da Área de Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B, nos casos de obras, atividades e empreendimentos implantados até 13/07/2009 e que não atendam aos índices urbanísticos previstos para o Compartimento Ambiental e a Subárea em que se encontre o imóvel:

- Habite-se ou Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal, acompanhado de planta, com data de até 13/07/2009, contendo as especificações técnicas da aprovação;
- Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), acompanhado de planta, emitido até o ano base de 2009;
- Certidão expedida pela Prefeitura Municipal (proveniente do Cadastro Técnico Municipal), acompanhada de planta, contendo quadro de áreas, e atestando que a edificação ou o parcelamento do solo foram implantados em data anterior a 13/07/2009.
- Aerofotogrametria ou imagem de satélite com data de até 13/07/2009 acompanhada de planta, que comprove a implantação da edificação ou do parcelamento de solo;